

UM ESTUDO CRÍTICO SOBRE O CHAMADO “DECLÍNIO DA FUNÇÃO PATERNA” NA CLÍNICA DO CASO E NO SOCIAL

Ronald de Paula Araújo

“Todo jornal que eu leio, Me diz que a gente já era,
Que já não é mais primavera. Oh baby, oh baby,
A gente ainda nem começou”
(Raul Seixas – Música: Cachorro-Urubu)

Nosso trabalho se propõe a estudar criticamente a tese do “declínio da função paterna”, atualmente defendida em alguns meios lacanianos. Temos como eixo a pesquisa empreendida por Markos Zafirooulos (Psicanalista e Diretor do Centro de Investigação “Psychanalyse et Pratiques sociales” – CNRS, Universidades de Paris VII e Amiens), no livro *‘Lacan y las ciencias sociales’* (2002). A importante e, diria até urgente, pesquisa deste autor, analisa os pressupostos sociológicos de sustentação do texto laciano tomado como base pelos defensores da supracitada tese, a saber, *‘Os complexos familiares na formação do indivíduo’*, de 1938.

Logo de saída, temos que, no citado texto, Lacan (2003 [1938]) defendera “um grande número de efeitos psicológicos” decorrentes da evolução histórica e cultural da humanidade, abrindo a discussão de um suposto “declínio”, nos seguintes termos:

Não estamos entre os que se afligem com um pretenso afrouxamento dos laços de família. Acaso não é significativo que a família tenha se reduzido a seu grupo biológico à medida que foi integrando os mais altos progressos culturais? Mas um grande número de efeitos psicológicos parece-nos decorrer de um declínio social da imago paterna. Um declínio condicionado por se voltarem contra o indivíduo alguns efeitos extremos do progresso social; um declínio que se marca sobretudo, em nossos dias, nas coletividades mais desgastadas por esses efeitos: a concentração econômica, as catástrofes políticas. [...] Esse é um declínio mais intimamente ligado à dialética da família conjugal, uma vez que se dá pelo relativo crescimento, muito sensível na vida norte-americana, por exemplo, das exigências matrimoniais. (LACAN, 2003 [1938], p. 66-67, grifos nossos)

Vemos o cuidado de Lacan, e até nos chama a atenção o trecho iniciar-se por uma denegação, ou um recado para que os leitores o excluíssem de um discurso moralista e nostálgico. Observamos que Lacan se refere a esse declínio em termos de

“declínio social da **imago** paterna”, e não nos termos defendidos pela tese ora atacada aqui, de “declínio da **função** paterna”. Em 1938, Lacan (1938/2003) pensava em termos de *imago*, uma representação inconsciente, “elemento fundamental do complexo” e *os complexos* como “[...] ‘organizadores’ no desenvolvimento psíquico”, colocando a família como “lugar de eleição dos complexos mais estáveis” (LACAN, 1938/2003, p. 35). Assim, estuda o grupo familiar, e daí toda a sociedade, tal qual a sociologia daquele período os configuravam, através das teses de Émile Durkheim, então hegemônicas. A principal tese durkheimiana que embala o pensamento lacaniano de 1938 até 1950 é a da “contração familiar”, a partir de um fenômeno tido como fato plenamente “observável”: o surgimento da “família conjugal” (ZAFIROPOULOS, 2002). Esta nova organização familiar teria surgido em detrimento dos antigos grupos mais complexos que se organizavam ao redor do poder de um pai, chamados de “família troncal”, por um dos primeiros sociólogos franceses do século XIX, Frédéric Le Play (2002 [1871]). Este fenômeno seria o fato da diminuição no número de integrantes dos grupos familiares com o advento da burguesia, dos ideais iluministas e, principalmente, da revolução industrial, eventos históricos de onde surgiria este “novo tipo de grupo familiar”, que Durkheim (*apud* ZAFIROPOULOS, 2002), na última lição de um curso sobre a família, em 1892, define nos seguintes termos:

[...] A família conjugal resulta de uma contração da família paternal. Esta incluía o pai, a mãe, e todas as gerações originadas destes, salvo as filhas e seus descendentes. A família conjugal já não inclui mais que o marido, a mulher e os filhos menores e solteiros [...]. É indubitável que [o filho casado] segue ligado a seus pais, têm o dever de alimentá-los em caso de enfermidade e, inversamente, têm direito a uma parte determinada da fortuna familiar [...]. Essas são as únicas obrigações jurídicas que sobrevivem [...]. Não há nisso nada que recorde o estado de dependência perpétua que estava no fundamento da família paternal e da família patriarcal. Estamos, portanto, na presença de um novo tipo familiar. Visto que seus únicos elementos permanentes são o marido e a mulher e que todos os filhos abandonam tarde ou cedo a casa, proponho chamá-la **família conjugal** (DURKHEIM, 1975 [Textes, 35-36] *apud* ZAFIROPOULOS, 2002, p. 61, grifo nosso).

Por mais que Lacan tenha citado expressamente apenas duas vezes o nome de Durkheim nos ‘Complexos familiares’, observa-se que é do sociólogo francês o conceito de família conjugal que ele retomará no texto em questão:

Esse sentido é dado precisamente quando, à luz desse exame comparativo, apreende-se a reformulação profunda que conduziu a instituição familiar a sua forma atual; reconhecemos, ao mesmo tempo, que convém atribuí-la à influência preponderante aí assumida pelo casamento, instituição que devemos distinguir da família. Daí a excelência do termo “família conjugal” com que a designa Durkheim (LACAN, 1938/2003, p. 33, grifo nosso).

Vemos, na citação de Lacan, a distinção entre a instituição “família conjugal”, organizada pelo casamento, e a instituição familiar mais ampla e mais antiga. Zafirooulos (2002) adverte que “[...] esta concepção da família [conjugal], que constitui uma referência para Lacan, é antes de tudo jurídica, já que as observações de Durkheim aludem à evolução do direito que a regula” (ZAFIROPOULOS, 2002, p. 62). Assim, para o sociólogo francês, “o declínio da autoridade do pai se interpreta então como uma caída que afeta tanto o poder social do grupo familiar quanto sua amplitude” (2002, p. 63), já que o discurso jurídico rege as relações sociais mais amplas, haveria, então, em Durkheim, uma relação desse declínio jurídico da autoridade do pai na família, com um declínio de autoridade em todo corpo social e uma perda dessa referência tida, até então, como fundamental. Isso pode ser visto naquilo que Durkheim elege como produtos dos processos históricos e sociológicos que defende na suas teses. Ele diagnostica uma miséria moral que levaria os sujeitos contemporâneos ao suicídio como produto do individualismo crescente resultante dessa mudança das referências familiares, após o fenômeno da contração familiar pós-industrial. Para tanto, utiliza termos que surpreendem pelo moralismo e reacionarismo explícito: “[...] quando se toma por fim, [o indivíduo] cai em um estado de miséria moral que o leva ao suicídio. O que nos apega ao trabalho é que este é para nós o meio de enriquecer o patrimônio

doméstico e acrescentar o bem-estar dos nossos filhos” (DURKHEIM, 1975 [Textes, 45] apud ZAFIROPOULOS, 2002, p. 71).

Sob a influência da tese durkheimiana, o Lacan de 1938 aceita o jogo das evoluções culturais baseado no saber antropológico de seu tempo, e convoca a psicanálise como um continente epistemológico apto para explicar o funcionamento da família, o desenvolvimento psíquico dos sintomas e das crises psicológicas, uma das quais havia permitido (talvez) – segundo Lacan – o [próprio] descobrimento do ‘Complexo de Édipo’ e o surgimento da Psicanálise (ZAFIROPOULOS, 2002). Assim, a concepção de um novo grupo familiar produzido a partir das mudanças históricas e culturais leva Lacan a relativizar sociologicamente o ‘Complexo de Édipo’ (o que é extremamente anti-freudiano), e a colocar o próprio nascimento da psicanálise como produto deste declínio social da imago paterna, entre outras posições que não situam o seu discurso de 1938 dentro do campo epistemológico freudiano. Zafirooulos (2002, p. 58) condensa, então, nossa questão:

[...] o texto que nos ocupa [o dos ‘Complexos familiares’] compete todavia a uma versão “familiarista” da psicanálise e está muito longe das investigações ulteriores de Lacan, que substituem em particular as regras da família pelas da linguagem para dar conta tanto da clínica do sujeito como da cultura.

Mas, por que vários lacanianos buscaram neste texto respostas para os fenômenos clínicos e sociais contemporâneos, assim como o leram de forma descontextualizada, não seguindo a evolução da teoria, tornando o texto autorreferente? Como conseqüências disto, surgem leituras extremamente moralistas sobre a realidade contemporânea e o desenvolvimento de um pensamento clínico, que, salvo pela sofisticação, não escondem o seu aspecto não estrutural, porque aponta para uma indefinição diagnóstica na clínica atual, a saber, os chamados “estados-limite” e os chamados “novos sintomas”. O raciocínio clínico resultante da tese do “declínio da função paterna” é, grosso modo, o seguinte: se a função paterna está em declínio, não

haveria mais ali o significante do ‘Nome-do-pai’ para ser recalcado, numa neurose, denegado, numa perversão, ou foracluído, numa psicose. Interessantemente, surge também o termo trazido da psiquiatria que obedece a esta lógica de um declínio da subjetividade contemporânea, os chamados *bouderlines*, na psicanálise de inspiração anglo-saxônica. Aliada a essa defesa de uma “dessubjetivação contemporânea”, surge uma supervalorização dos ‘invólucros formais do sintoma’ (*de Clérambault*), fazendo confundir sintoma e estrutura. A opinião de Antônio Godino Cabas (2009), em ‘*O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan*’, vem a nosso auxílio, quando critica a “evidência de que essa fenomenologia feita de novos invólucros definiria a contemporaneidade”, e que seria também uma prova incontestável de que haveria um “novo sujeito” em questão. Ora, Freud, apesar de dar a devida importância aos sintomas, dava a eles “o estatuto de embaixador do Isso junto ao governo da consciência” (CABAS, 2009, p. 10), pois, afinal, uma conversão histérica não é a histeria, assim como uma alucinação não é uma psicose.

A leitura descontextualizada do texto de 1938, sem a consciência dessa referência fundamental que foi a influência de Durkheim em todo o pensamento sociológico da época, produziu a tese do declínio da função paterna, assim como uma leitura moralista da realidade que nos rodeia. Michel Tort (2008, p. 16), em ‘*El fin del dogma paterno*’, chama a atenção que:

[...] é muito importante chegar a esclarecer o alcance exato do discurso sobre o declínio do pai, para julgar se nossas sociedades efetivamente estão destruindo desconsiderada e perversamente as condições de subjetivação, como sustentam alguns, ou se estas declarações são por sua vez uma reação angustiada frente à mudança das relações entre os sexos e um meio recíproco de intervir para conservar as antigas relações, brandindo (como só o fazem os profetas) a ameaça de catástrofes subjetivas.

No seio da sociologia, a tese de Durkheim tomba definitivamente apenas na década de 70. Porém, durante toda a década de 60 começam a surgir trabalhos de

historiadores e demógrafos que apresentam certo cepticismo às suas conclusões (ZAFIROPOULOS, 2002). Jean-Louis Flandrin (1984) recorda que, em 1969, surge uma equipe de historiadores reunidos em Cambridge que realiza uma análise de centenas de censos realizados entre 1524 e 1821, chegando à seguinte conclusão:

Que as famílias de antes eram pouco numerosas – de quatro a seis pessoas, em média – e isso não só na Inglaterra senão em toda a Europa. Que, ademais, a maioria dessas famílias eram de “tipo conjugal”, que as famílias ampliadas eram ainda menos freqüentes que em nossos dias e que quase nunca se encontravam a família troncal e outros tipos de famílias “polinucleares” (FLANDRIN, 1984 apud ZAFIROPOULOS, 2002, p.139).

Observamos, pois, que a família conjugal já existia no período pré-industrial, em toda a Europa. Não sabemos se os censos estudados apontam uma maior incidência de suicídio durante este período, mas a relação de nexos causal de Durkheim entre a família conjugal e a “anomia do indivíduo contemporâneo suicida” cai por terra, diante dos dados concretos catalogados a partir de uma exaustiva pesquisa científica. Porém, a sua tese influenciou o campo da sociologia durante quase 75 anos, e ainda demonstra seus frutos na chamada “sociologia do pós-modernismo”. Percebe-se, assim, uma espécie de cumplicidade e uma mesma origem teórica entre esta sociologia e as investigações psicanalíticas que diagnosticam as patologias narcísicas, os estados-limite, os “novos sintomas” e os estados mórbidos das sociedades pós-modernas, onde faltariam perspectivas históricas (ZAFIROPOULOS, 2002). Infelizmente, isso se dá quase sempre em detrimento da pesquisa e da reflexão sobre dados realmente mensuráveis e livres de qualquer ideologia e nostalgia pelo passado.

Como dissemos anteriormente, essa influência durkheimiana continuou em Lacan até 1953. Ou seja, Lacan liberta-se dela antes da tese cair em seu campo de origem. Zafiropoulos (2002) defende que já no texto *‘Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia’*, de 1950, mesmo ainda baseado nas teses de Durkheim, a influência crescente de Lévi-Strauss se faz sentir. É a eleição de Lévi-Strauss, crítico de

Durkheim já desde a década de 30, e o retorno a Freud, que tornarão possível o conceito de ‘Nome-do-pai’, afastando Lacan “definitivamente [...] de qualquer psicologia da família ou do filho” (ZAFIROPOULOS, 2002, p. 202). Há uma reorganização radical da questão do pai, como se pode ver no belo texto lembrado por Zafirooulos, o relatório apresentado em Roma, em 1953, *‘Função e campo da palavra e da linguagem em psicanálise’*:

Os símbolos efetivamente envolvem a vida do homem numa rede tão total que conjugam, antes que ele venha ao mundo, aqueles que irão gerá-lo “em carne e osso”; trazem em seu nascimento, com os dons dos astros, senão com os dons das fadas, o traçado de seu destino; fornecem as palavras que farão dele um fiel ou um renegado, a lei dos atos que o seguirão até ali onde ele ainda não está e para-além de sua própria morte; e, através deles, seu fim encontra sentido no juízo final, onde o verbo absolve seu ser ou o condena – a menos que ele atinja a realização subjetiva do ser-para-a-morte. [...] Por conseguinte, vê-se que o problema é o das relações, no sujeito, entre a fala e a linguagem. (LACAN, 1998, p. 280/281)

A descoberta de Lévi-Strauss que influenciou Lacan é condensada em sua *‘Introduction à l’œuvre de Marcel Mauss’ (Sociologie et anthropologie)*, de 1950, onde define o produto de suas pesquisas em diversas culturas:

[...] [noções semelhantes] o espírito as elabora em todos os lugares inconscientemente [...]. Mas sempre e em todas as partes as noções desse tipo intervêm, um pouco à maneira dos símbolos algébricos, para representar um valor indeterminado de significação, em si mesmo vazio de sentido e portanto suscetível de receber qualquer sentido, cuja única função é preencher uma brecha entre o significante e o significado. (STRAUSS, 1950 *apud* ZAFIROPOULOS, 2002, p. 207, grifos nossos).

Lacan, para forjar a função simbólica do ‘Nome-do-pai’, apóia-se na leitura que Lévi-Strauss faz em 1950 de Marcel Mauss quem, em seu *‘Ensaio sobre o dom [a dádiva]’*, afirma que “a função simbólica sempre está inconscientemente indicada por um *significante flutuante* que permite o enlaçamento [no original espanhol: *almohadillado*] entre o significado e o significante” (MAUSS, 1950 *apud* ZAFIROPOULOS, 2002, p. 203). Mauss retira esse significante flutuante das pesquisas com os povos indígenas e o chama de “o espírito das coisas” (o *hau*, o *mana*, o *naual*, no México, o *orenda*, dos iroqueses), ou seja, uma série das “coisas sagradas” (2002).

Com o conceito de ‘Nome-do-pai’, Lacan coloca o totem católico nesta série, com este valor indeterminado de significação, vazio de sentido, operador lógico que permite o enlaçamento entre significante e significado, enfim, uma função psíquica própria da humanidade, constituidora do psiquismo e da linguagem. Ao fazer isso, é importante frisar aqui, não adere ao dogma católico romano, mas isola cientificamente essa função semântica do significante flutuante, um “significante de exceção, que assegura ao pensamento simbólico do neurótico a possibilidade de exercer-se” (idem, 2002, p. 205, grifo nosso). Assim, Lévi-Strauss, ao mesmo tempo, permite Lacan afastar-se de Durkheim e suplantando qualquer ranço de religiosidade católica que porventura tenha sofrido influência por estar inserido em uma determinada cultura, durante a sua vida.

Para finalizar, procuramos defender nestas breves páginas que a ética da psicanálise é subversiva e não aliada a poderes instituídos. Assim Ferenczi nos lembra, em carta a Freud datada de 25 de outubro de 1912, ao criticar Jung, que das tarefas da psicanálise, “[...] a mais importante é [justamente] a demolição da imago paterna” (FERENCZI, 1992 [*Correspondance (1908-1914)*] *apud* ZAFIROPOULOS, 2002, p. s/n), paralisante e inibidora para o sujeito. Como conclusão, é essencial diferenciar-se essa função paterna, que continua como operador lógico intrapsíquico, de qualquer formação sintomática na clínica, ou de qualquer fenômeno social proveniente das reorganizações históricas de poder, sob o risco de, não o assim fazendo, vir a produzir discursos moralistas e nostálgicos por um pai que nunca existiu e que afastam a psicanálise do seu sujeito, do seu campo epistemológico, da sua ética, e do seu papel na atualidade.

BIBLIOGRAFIA

CABAS, A. Godino. **O sujeito na psicanálise de Freud a Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

LACAN, Jacques. Introdução teórica às funções da psicanálise em criminologia (1950). In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LACAN, Jacques. Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise (1953) In: **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. Os complexos familiares na formação do indivíduo (1938) In: **Outros Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

TORT, Michel. **Fin del dogma paterno**. Buenos Aires: Paidós, 2008.

ZAFIROPOULOS, Markos. Para una clínica freudiana de la violència. La ignorância de lo sociológico como sin salida psicoanalítico In: ASSOUN, Paul-Laurent & _____. **Lógica del sintoma**. Lógica pluridisciplinaria. Buenos Aires: Nueva Visión, 2006.

_____. **Lacan y las ciencias sociales, La declinacion del padre** (1938-1953). Buenos Aires: Nueva Visión, 2002.

SOBRE O AUTOR:

Ronald de Paula Araújo. Psicanalista. Membro do Corpo Freudiano, Escola de Psicanálise – Secção Fortaleza. Mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará. Psicólogo do Hospital de Saúde Mental de Messejana. Autor de artigos em revistas especializadas em Psicanálise.